

ILHA FISCAL – UM DOS MAIS NOBRES CARTÕES-POSTAIS DO RIO DE JANEIRO PRESERVA O PASSADO DE OLHO NO FUTURO

ROSA NAIR MEDEIROS
Primeiro-Tenente (T)

HISTÓRICO

Um dos mais belos cartões-postais do Rio de Janeiro, a Ilha Fiscal começou a deixar de ser um mero pedaço de terra no meio da Baía de Guanabara em 1881, quando dois ministérios do Império vislumbraram para ela uma utilização mais nobre. De um lado, estava o Ministério da Fazenda, que pretendia instalar no local um posto avançado de fiscalização da Alfândega. De outro, o Ministério da Marinha, que visava à construção de um Posto de Socorros Navais.

Na queda-de-braço entre os dois ministérios, prevaleceu a rapidez do engenheiro-diretor das Obras do Ministério da Fazenda, Adolfo José Del-Vecchio, que, para garantir a “posse” da ilha elaborou, em menos de uma semana, o projeto de uma constru-

ção modesta, destinada a, simplesmente, dar guarida aos fiscais da Alfândega.

Logo após o lançamento da pedra fundamental, em 6 de novembro de 1881, o Imperador D. Pedro II visitou o local. Impressionado com a beleza da ilha, o monarca dirigiu-se ao engenheiro e lhe disse: “isto é um delicado estojo digno de uma brilhante jóia”.

A frase do Imperador foi a senha para Del-Vecchio projetar um prédio que não só fosse funcional, mas elegante e requintado. O engenheiro escolheu o estilo gótico-provençal, praticamente inexistente, na época, nas construções do Rio de Janeiro.

Alguns anos depois, a Ilha Fiscal ficaria famosa por nela ter sido realizado o último baile do Império, dias antes da Proclamação da República, para receber a oficialidade do Encouraçado chileno *Almirante Cochrane*.

Passados os dias de pompa da corte brasileira, a Ilha seria marcada por outros eventos.

O prédio só ficou totalmente pronto em 1892. No ano seguinte, os combates da Revolta da Armada deixaram suas marcas nas paredes e nos vitrais, que ficaram criados de estilhaços de projéteis de canhão, que se destinavam à Ilha das Cobras.

O Ministério da Fazenda parecia pouco disposto a arcar com as despesas de reparos. Então, em 1913, o ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, propôs a troca da Ilha Fiscal pelo Vapor *Andrada*.

Com a transferência da DHN para a Ponta da Armação, em 1983, o prédio da Ilha Fiscal recebeu a denominação de "Sede Histórica da Diretoria de Hidrografia e Navegação". Ainda funcionou no local o Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo), de 1996 a 1998, quando também foi transferido para a Ponta da Armação, passando a Ilha Fiscal a pertencer ao Serviço de Documentação da Marinha (SDM).

Tombado em 1990 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, órgão do governo do Estado do Rio de Janeiro, o prédio da Ilha Fiscal começou a ser restaurado em 1996, antes mesmo da cessão do edifício para o SDM. A empreitada, coordenada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha (DPHCM), tinha basicamente dois objetivos: adaptar a área interna do prédio para um espaço de exposição e recuperar a sua beleza arquitetônica.

PRESERVANDO O PASSADO, COM UMA ATUAÇÃO SEGURA NO PRESENTE

Quando foi inaugurado em 1889, o prédio da Ilha Fiscal permaneceu aberto para

visitação pública durante três dias. Até o final do século XX, a beleza de sua arquitetura ficou restrita aos militares e civis que nele serviam.

O projeto de restauração estabeleceu como objetivos o franqueamento à visitação pública do edifício principal da Ilha, a montagem de um museu que mostrasse a contribuição da Marinha do Brasil nas áreas social, científica e tecnológica, e a criação de uma área para as recepções oficiais do Comando da Marinha no Rio de Janeiro.

O museu ocupou o térreo da ala leste do prédio, sendo instalada, em caráter permanente, uma exposição de três módulos.

O primeiro, "**A Contribuição da Marinha para o Desenvolvimento Social do País**", mostra ao público a atuação cívica e social da Marinha, procurando despertar no visitante urbano a consciência territorial da Bacia Amazônica e da Bacia do Rio Paraguai. Os painéis retratam o esforço da Marinha do Brasil para levar saúde e cidadania às populações carentes.

As Ações Cívico-Sociais (Aciso) da Marinha são realizadas mensalmente e seguem um rigoroso planejamento a fim de garantir o atendimento de todos os núcleos populacionais ribeirinhos da Amazônia e do Pantanal (veja fotografia).

Para alcançar esse objetivo, a Marinha dispõe de navios-hospitais. Neles, embarcam médicos, dentistas e enfermeiros militares que, juntamente com agentes de saúde do serviço público civil, proporcionam assistência médica e odontológica. Durante os atendimentos também são fornecidos, gratuitamente, vacinas e medicamentos, destinados principalmente ao combate de doenças parasitárias, hipertensão arterial, infecção das vias aéreas e doenças de pele, que são as patologias mais frequentes.

Científico do País”, que informa sobre os principais projetos científicos e tecnológicos, especialmente quanto às pesquisas que estão sendo desenvolvidas a fim de diminuir o nível de dependência tecnológica do Brasil, com reflexos positivos no desenvolvimento industrial do País.

Esse módulo está dividido em três subtemas:

O primeiro aborda o **Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva**, mais conhecido pela sigla **Revizee**.

O programa é destinado, prioritariamente, ao levantamento dos potenciais sustentáveis de captura de recursos vivos na área marítima que se estende do limite exterior de 12 milhas do mar territorial até as 200 milhas marítimas da costa.

O Revizee representa um passo fundamental para o Brasil garantir os direitos de soberania para fins de exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos que se espalham por 3,5 milhões de km².

Resultado de um dos compromissos assumidos pelo País ao ratificar, em 1998, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o Revizee também contribui para incrementar as atividades de pesquisa de dezenas de universidades e instituições que participam da execução do programa nas quatro regiões em que ele foi dividido.

O **Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac)**, outro projeto abordado, tem como objetivo estabelecer, como prevê a CNUDM, os limites da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, sendo que os exteriores podem ultrapassar as 200 milhas marítimas. O Leplac, iniciado em 1987, sob a orientação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), órgão colegiado coordenado pela Marinha, tem como uma de suas principais tarefas a realização de estudos

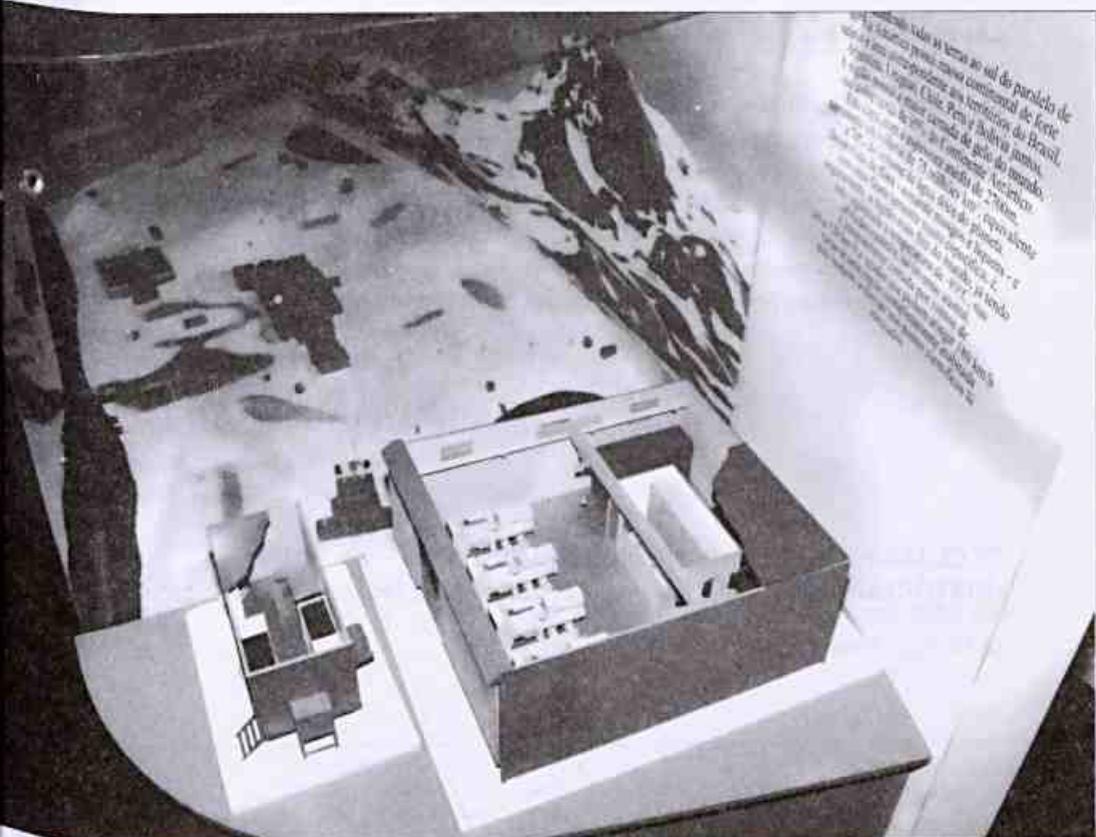
detalhados sobre a chamada Margem Continental, área que se define como o prolongamento submerso da massa terrestre de um país. Em dez anos, os navios da Marinha do Brasil, subordinados à Diretoria de Hidrografia e Navegação, navegaram mais de 150 mil quilômetros para a coleta de dados, num trabalho que também contou com a colaboração de profissionais da Petrobras, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e das universidades brasileiras que fazem parte do Programa de Geologia e Geofísica Marinha.

Ao final do trabalho do Leplac, a Plataforma Continental Jurídica brasileira deve aumentar cerca de 700 mil km². Com isso, a Zona Econômica Exclusiva vai passar dos atuais 3,5 milhões de km² para 4,2 milhões de km², o que corresponde à metade da parte terrestre do território brasileiro. Encerrando o nosso *tour*, desembarcamos no **Programa Antártico Brasileiro (Proantar)**, que, além de proporcionar um excelente campo de pesquisas para cientistas brasileiros, vai permitir ao Brasil participar da Parte Consultiva no Tratado Antártico, responsável pelas decisões a serem tomadas quanto ao futuro do continente gelado.

Iniciado em 1982, com as operações do Navio Oceanográfico *Barão de Teffé*, da Marinha, e do Navio Oceanográfico *Professor W. Bernard*, da Universidade de São Paulo, o Proantar desenvolve pesquisas nos subprogramas de Ciências da Atmosfera, Solar e Terrestre, Ciência da Terra e Ciência da Vida, que compreendem estudos sobre circulação atmosférica, geofísica nuclear, clima e ecologia, entre outros.

As atividades são desenvolvidas na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e a bordo do Navio de Apoio Oceanográfico *Ary Rongel* (veja fotografia).

Com 2.250 m² de área construída, a EACF pode abrigar grupos de até 46 pessoas, compostas normalmente de 24 pes-



O Brasil na Antártica: a Estação Antártica Comandante Ferraz

- no primeiro plano aspecto interno do módulo resgate (a esquerda) e da praça de máquinas com seus quatro motores geradores.

quisadores, 12 engenheiros e técnicos do Arsenal de Marinha e dez militares da Marinha, responsável pelo apoio logístico, tripulação, navios, guarnição e manutenção.

*
* *

Atualmente, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, por meio do SDM, está trabalhando no projeto de ampliação das exposições dedicadas à ciência, à tecnologia e à contribuição social da Marinha. Para isso, será aproveitado o subsolo da ala leste do prédio da Ilha Fiscal para divulgar os investimentos técnicos e científicos da Marinha em áreas de

seu interesse, estando previstas quatro salas, com os temas "Propulsão Nuclear", "Tecnologias de Guerra", "Estações Científicas Marítimas" e "Espaço Multimídia".

Para viabilizar a ampliação, a DPHCM vem contando com a colaboração do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (Propulsão Nuclear), do Instituto de Pesquisas da Marinha (Tecnologias de Guerra) e das estações científicas localizadas na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Estações Científicas Marítimas).

Este esforço visa a contribuir para a preservação da memória da Marinha brasileira e do País, mostrando ao público a importância das pesquisas desenvolvi-

das por civis e militares nos campos da energia nuclear para fins pacíficos, no desenvolvimento de novos sistemas de armas e no estudo dos fenômenos marítimos e atmosféricos.

As exposições permanentes e as temporárias, entre outros projetos culturais de-

envolvidos, além de transmitirem conhecimentos relativos à nossa História Marítima e Naval, também contribuem para a conscientização da importância de assegurarmos a nossa soberania no mares, defendendo o Brasil a sua posição estratégica no cenário internacional.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / Ilha Fiscal /; Museus; Revizee; Leplac; Proantar; Nossa Capa;

**Tome uma atitude decisiva a cada dia,
diante de sua existência. O conhecimento
e a intuição brotarão, pois eles seguem à
decisão.**